



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**13ª Vara Federal de Curitiba**

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -  
www.jfpr.jus.br - Email: pretb13dir@jfpr.jus.br

**PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº 5043559-60.2016.4.04.7000/PR**

**REQUERENTE:** POLÍCIA FEDERAL/PR

**ACUSADO:** ANTONIO PALOCCI FILHO

**ACUSADO:** JUSCELINO ANTONIO DOURADO

**ACUSADO:** BRANISLAV KONTIC

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Em 25/08/2016 (evento 1), a autoridade policial representou pela prisão preventiva Antônio Palocci Filho, Branislav Kontic e Juscelino Antônio Dourado e buscas e apreensões relacionadas à assim denominada Operação Lavajato.

2. O MPF manifestou-se favoravelmente à prisão preventiva dos dois primeiros, mas somente pela prisão temporária de Juscelino Antônio Dourado. Ainda representou, em caráter subsidiário pela prisão temporária de Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic se indeferida a preventiva (evento 8).

3. Por decisão de 12/09/2016 (evento 10), este Juízo deferiu as buscas e apreensões e, quanto às prisões, apenas as temporárias de Antônio Palocci Filho, Branislav Kontic e Juscelino Antônio Dourado.

4. As prisões temporárias foram efetivadas em 26/09/2016.

5. Requereu agora a autoridade policial a conversão das temporárias em preventivas, com a decretação da prisão de Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic (evento 54). Quanto à Juscelino Antônio Dourado, requereu a imposição de medidas cautelares alterativas à prisão.

6. Ouvido, o MPF manifestou-se favoravelmente à decretação das preventivas e da imposição de medidas cautelares a Juscelino Antônio Dourado (evento 63).

7. Algumas Defesas se manifestaram, requerendo a revogação da temporária, como a de Juscelino Antônio Dourado (eventos 49 e 66), e a não decretação da preventiva como a de Antônio Palocci Filho (evento 68).

8. Passo a decidir.

9. Na referida decisão de 12/09/2016 (evento 10), este Juízo já havia realizado, em cognição sumária, avaliação das provas disponíveis. Cabe reiterar o ali exposto.

10. Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação Lavajato.

11. A investigação, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR, sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a ação penal 5047229-77.2014.404.7000.

12. Em grande síntese, na evolução das apurações, foram colhidas provas, em cognição sumária, de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

13. Grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a OAS, UTC, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, SETAL, Galvão Engenharia, Techint, Promon, MPE, Skanska, IESA e GDK teriam formado um cartel, através do qual teriam sistematicamente frustrado as licitações da Petrobras para a contratação de grandes obras.

14. Além disso, as empresas componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal calculadas em percentual, de um a três por cento em média, sobre os grandes contratos obtidos e seus aditivos.

15. Também constatado que outras empresas fornecedoras da Petrobrás, mesmo não componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal, também em bases percentuais sobre os grandes contratos e seus aditivos.

16. A prática, de tão comum e sistematizada, foi descrita por alguns dos envolvidos como constituindo a "regra do jogo".

17. Receberiam propinas dirigentes da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Engenharia ou Serviços e da Diretoria Internacional, especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró e Jorge Luiz Zelada.

18. Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

19. Aos agentes e partidos políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

20. Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores, entre eles Alberto Youssef e Fernando Antônio Falcão Soares.

21. É possível realizar afirmação mais categórica em relação aos casos já julgados.

22. Destaco, entre outras, as ações penais 5083258-29.2014.4.04.7000, 5083376-05.2014.4.04.7000, 5083838-59.2014.4.04.7000, 5012331-04.2015.4.04.7000, 5083401-18.2014.4.04.7000, 5083360-51.2014.4.04.7000, 5083351-89.2014.4.04.7000 e 5036528-23.2015.4.04.7000, nas quais restou comprovado, conforme sentenças, o pagamento de milhões de reais e de dólares em propinas por dirigentes das empreiteiras Camargo Correa, OAS, Mendes Júnior, Setal Óleo e Gás, Galvão Engenharia, Engevix Engenharia e Odebrecht a agentes da Diretoria de Abastecimento e da Diretoria de Engenharia da Petrobrás.

23. Merecem igualmente referência as sentenças prolatadas nas ações penais 5023135-31.2015.4.04.7000, 5023162-14.2015.4.04.7000 e 5045241-84.2015.4.04.7000, nas quais foram condenados por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, os ex-parlamentares federais Pedro da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto, João Luiz Correia Argolo dos Santos e José Dirceu de Oliveira e Silva, por terem, em síntese, recebido e ocultado recursos provenientes do esquema criminoso.

24. O presente caso tem por objeto a apuração do envolvimento de Antônio Pallocci Filho nesses fatos.

25. Antônio Palocci Filho exerceu o cargo de Ministro da Fazenda entre 01/01/2003 a 27/03/2006 durante o primeiro mandato do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Assumiu o mandato de Deputado Federal em 01/02/2007, licenciando-se, a partir de 01/01/2011, para exercer o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil durante o primeiro mandato da ex-Presidente Dilma Vana Rousseff, no qual permaneceu até 07/06/2011.

26. Surgiram provas, em cognição sumária, de que ele recebia e era responsável pela coordenação dos recebimentos por parte de seu grupo político de pagamentos subreptícios pelo Grupo Odebrecht.

27. Na referida ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000, foram condenados, por sentença de primeira instância, por crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa, os dirigentes do Grupo Odebrecht Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, Cesar Ramos Rocha, Márcio Faria da Silva, Rogério Santos de Araújo e Marcelo Bahia Odebrecht, e, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Paulo Roberto Costa, Pedro José Barusco Filho, Renato de Souza Duque e Alberto Youssef. Provado, nos termos da sentença, o pagamento de propina de R\$ 108.809.565,00 e USD 35 milhões pelo Grupo Odebrecht à Diretoria de Abastecimento e à Diretoria de Engenharia e Serviços da Petrobrás.

28. Na evolução das investigações acerca do Grupo Odebrecht, surgiram provas, segundo a denúncia, da existência na empresa de um setor específico destinado à realização de pagamentos subreptícios e que, em seu âmbito, era denominado de Setor de Operações Estruturadas.

29. Executivos do Grupo Odebrecht, inclusive seu Presidente Marcelo Bahia Odebrecht, recorriam a esse setor quando necessária a realização de algum pagamento subreptício.

30. Pagamentos eram efetuados através de contas secretas mantidas no exterior, caso da propina paga aos dirigentes da Petrobrás, e através de entregas de dinheiro em espécie no Brasil.

31. Esse Setor teria, por exemplo, se encarregado do pagamento dos agentes da Petrobrás e que foi objeto da referida ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000. Entretanto, os pagamentos do Setor de Operações Estruturadas transcendiam os efetuados no âmbito dos contratos com a Petrobrás.

32. Dirigiam esse setor os executivos Fernando Migliaccio da Silva, Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho e Luiz Eduardo da Rocha Soares. Trabalhavam nesse setor, em posição subordinada, Maria Lúcia Gimarães Tavares e Ângela Palmeira Ferreira.

33. Esses fatos foram investigados principalmente nos processos 5010479-08.2016.4.04.7000 e 5003682-16.2016.4.04.7000.

34. Já deram origem a uma ação penal, de n.º 5019727-95.2016.4.04.7000, que tem por objeto pagamentos subreptícios realizados pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht a Mônica Regina Cunha Moura e a João Cerqueira de Santana Filho, identificados pelo codinome "Feira" nos controles da empresa.

35. No decorrer da investigação, foi localizada uma planilha, de título "Posição Programa Especial Italiano", de 31 de julho de 2012 e que foi apreendida mediante quebra judicial de sigilo telemático de endereço eletrônico do referido executivo da Odebrecht Fernando Migliaccio da Silva (**mig@odebrecht.com** e **o.overlord@hotmail.com**).

36. A planilha foi objeto de análise que resultou na elaboração do Relatório 24/2016, anexado no evento 13, anexo2, dos autos de busca e apreensão n.º 5003682-16.2016.4.04.7000, e que pode ser visualizada na fl. 3 da representação policial (evento 1, representação policial).

37. Na parte superior do documento, visualizável o escrito "Posição Programa Especial Italiano".

38. Também na parte superior a referência de que os valores estão na casa dos "R\$ Mil" e que a planilha indica a situação em 31/07/2012.

39. Ainda na parte superior, no campo "Fontes", a indicar entrada de recursos, existentes diversas siglas de executivos e empresas ligadas ao Grupo Odebrecht, a exemplo de LM (Luis Mameri), BJ (Benedicto Junior), BK

(Braskem) e HC (Henrique Valladares), ligadas a valores na casa de dezenas de milhões.

40. O total de recursos disponíveis é de "200.098"

41. Retrata em seguida a planilha os seguintes pagamentos específicos (a título de "usos"):

"2008

*Evento 2008 (Eleições Municipais) via Feira - 18.000*

*Evento El Salvador via Feira - 5.300*

2009

*Solicitado em 2009 (via JD) - 10.000*

2010

*Solicitado em abril e maio (via JD) - 8.000*

*Eventos julho/agosto/setembro 2010 (16+4 Bonus) via JD - 20000*

*Evento setembro 2010 Extra (Assuntos BJ, 900 via Bonus PT) Via JD - 10000*

*Menino da Floresta (Direto com Menino) - 2000*

*Prédio (IL) - 12.422*

2011

*Feira (Atendido 3,5MM de Fev a Maio de 2011) Saldo evento - 10.000*

*Progra OH - 4.800*

*Feira (Pgto fora = US\$10MM) - 16.000*

2012

*Programa B - 2.000*

*Programa B2 (jun e jul 2012) - 1.000*

*Programa B3 (jul 2012 extra) - 1.000*

*Total - 120.522"*

42. Descontados os 200.098 dos 120.555 utilizados, é apontado um saldo de 79.576.

43. E na parte inferior do documento, sob o título "Composição do Saldo", os codinomes "Itália - 6.000", "Amigo - 23.000" e "Pós Itália - 50.000".

44. Planilha semelhante, com lançamentos mais recentes, foi identificada em celular Blackberry apreendido no endereço residencial de Marcelo Bahia Odebrecht, como informa a autoridade policial nas fls. 222-223 da representação policial (evento 1).

45. Na planilha, que foi objeto de análise no Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 510/2016 (evento 1, anexo14), retrata-se a situação do "Programa Especial Italiano", mas agora em 22/10/2013. Em relação à planilha anterior, há dois novos lançamentos:

*"Programa B 4 (Nov a Dez 2012) - 3.000*

*Programa B 5 (jan a out 2013) - 5.000"*

46. Descontados os novos lançamentos, o saldo apontado no final da planilha é de 71.000. Na composição do saldo, houve diminuição da parte correspondente a pessoa identificada como "Amigo".

47. Não foi ainda possível identicar todos os significados das siglas ou codinomes utilizados, mas "Feira", por exemplo, como consta na imputação na ação penal 5019727-95.2016.4.04.7000, consiste, em cognição sumária, referência a Mônica Regina Cunha Moura e a João Cerqueira de Santana Filho, profissionais contratados pelo Partido dos Trabalhadores para suas campanhas eleitorais.

48. Maria Lúcia Guimarães Tavares, secretária no Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, celebrou acordo de colaboração premiada e admitiu que "Feira" consistia em referência ambos, conforme exposto circunstanciadamente na decisão de 15/03/2016 no processo 5010479-08.2016.4.04.7000.

49. Relevante destacar que, na ação penal 5019727-95.2016.4.04.7000, foram identificadas, em cognição sumária, transferências bancárias no exterior de três milhões de dólares, em 2012 e 2013, entre contas em nome de off-shores controladas pelo Grupo Odebrecht para conta em nome de off-shore controlada por João Cerqueira de Santana Filho.

50. Segundo a autoridade policial, a planilha retrataria, em cognição sumária, repasses financeiros subreptícios efetuados no interesse de agentes do Partido dos Trabalhadores pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, como, v.g., os aludidos pagamentos aos publicitários que lhe prestariam serviços em campanhas eleitorais.

51. Entre 2008 a 22/10/2013, teriam sido pagos subrepticamente 128.522 milhões de reais pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht a agentes do Partido dos Trabalhadores, havendo ainda um saldo de cerca de setenta e um milhões de reais a ser pago.

52. Há fundada suspeita sobre a licitude desses pagamentos, já que efetuados subrepticamente e pelo setor da empresa também encarregado do pagamento de propinas aos agentes da Petrobrás.

53. Além disso, a referência a um saldo de setenta e um milhões de reais sugere que não se tratam somente de doações eleitorais não-registradas, uma vez que meras doações, em princípio, não geram saldos a serem pagos. O registro de pagamentos em anos nos quais não houve eleição, como 2009, 2011 e 2013, também sugere não se tratar de meras doações.

54. A planilha tem aparência de uma espécie de conta corrente informal do Grupo Odebrecht com agentes do Partido dos Trabalhadores.

55. Foram analisadas diversas anotações e mensagens eletrônicas apreendidas de Marcelo Bahia Odebrecht e de executivos do Grupo Odebrecht. O resultado encontra-se no Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 124/2016 (evento 1, anexo3).

56. Nessa análise, foi possível concluir que Marcelo Bahia Odebrecht reunia-se com frequência com Antônio Palocci Filho e que este atuava no interesse do Grupo Odebrecht junto ao Governo Federal, inclusive no período em que ainda exercia cargo público ou mandato parlamentar.

57. Mais do que isso, após análise de mensagens eletrônicas trocadas entre Marcelo Bahia Odebrecht e outros executivos, da própria planilha e igualmente de anotações e encontros registrados no aparelho celular de Marcelo Bahia Odebrecht, a autoridade policial concluiu que "Italiano", mencionado na planilha, seria Antônio Palocci Filho.

58. Seria ele, portanto, um dos principais interlocutores da Odebrecht nesses pagamentos subreptícios dirigidos a agentes do Partido dos Trabalhadores.

59. Sua importância reflete-se no próprio título da planilha "Posição Programa Especial Italiano".

60. Destaque-se parte desses elementos.

61. Ressalve-se que, inicialmente, o codinome "Italiano" teria sido atribuído pela autoridade policial a Guido Mantega, que possui nacionalidade italiana.

62. Essa hipótese foi, posteriormente, descartada.

63. Em mensagem eletrônica remetida por Marcelo Bahia Odebrecht a executivos do Grupo Odebrecht, ele fez referência a Guido Mantega (GM) e a Italiano como sendo pessoas distintas (fls. 69 da representação policial, evento 1):

*"AA: importante vc se atualizar e prevenir o seminário e o italiano antes de GM falar com o PR"*

64. Da mensagem, infere-se que se tratam de pessoas distintas.

65. Em mensagens eletrônicas trocadas entre Marcelo Bahia Odebrecht e executivos do Grupo Odebrecht entre os dias 02 e 03 de maio de 2009 (fls. 70-73, representação policial, evento 1), Marcelo Bahia Odebrecht indaga a Alexandrino Alencar se ele tentou marcar uma reunião com "Italiano" na segunda-

feira, e que, em caso negativo, Marcelo ligaria para "Brani" para tentar marcar. Transcreve-se mensagem de Marcelo Bahia Odebrecht para Alexandrino Alencar em 02/05/2009:

*"AA: Vc marcou alguma coisa com o Italiano na 2ª?"*

*Se não, vou ligar para Brani hoje para tentar marcar."*

66. Posteriormente, Marcelo Bahia Odebrecht informa a Alexandrino Alencar e a sua secretária, Darci Luz, que marcou com "Brani" que o "deputado" iria passar em seu escritório na segunda pela manhã:

*"Darci: ver novo tel Brani.*

*Marquei com ele a princípio que o deputado passaria la no escritório entre 11:30 e 12 horas amanhã (2ª)."*

67. Dois fatos mencionados por Marcelo Odebrecht vinculam a pessoa identificada na mensagem como "Italiano" a Antônio Palocci Filho.

68. O primeiro é que ele de fato exercia, na época, o mandato de Deputado Federal.

69. O segundo é que "Brani" é forma diminutiva de Branislav Kontic, que, segundo a autoridade policial, seria subordinado de Antônio Palocci Filho (fl. 70 da representação policial, evento 1).

70. Para afastar dúvidas, em mensagem posterior, datada de 13/08/2009, enviada por Marcelo Bahia Odebrecht para Darci Luz, novamente ele refere-se a "Brani" para agendar encontro, mas desta feita refere-se diretamente ao nome de "Palocci" (fl. 73 da representação policial, evento 1):

*"Veja com Brani que horas posso me encontrar amanhã com o Palocci (qq horário - eh prioridade)"*

71. A identificação de "Brani" como Branislav Kontic também decorre da identificação de mensagens de Marcelo Odebrecht enviadas diretamente para ele, Branislav Kontic, através do endereço kontichbrani@yahoo.com e na qual o interlocutor é chamado de "Brani", como a mensagem de 02/09/2009 (fl. 83 da representação policial, evento 1):

*"Brani,*

*Favor encaminhar para o Chefe*

*Abrços*

*Marcelo"*

72. Outra mensagem datada de 03/09/2009, de secretária de Marcelo Bahia Odebrech, reforça a identificação de "Italiano" como sendo um Deputado, como se verifica na fl. 73 da representação policial (evento 1):

*"Dr. Marcelo,*



*Procurou pelo Sr.*

*13h50 - Deputado (Italiano)"*

73. Em várias mensagens de Marcelo Bahia Odebrecht, há referências a encontros e a contatos dele com o "Italiano" no interesse do Grupo Odebrecht.

74. Nessas mensagens, depreende-se que o Grupo Odebrecht recorria, com frequência, a Antônio Palocci Filho, para que este intercedesse junto ao Governo Federal em favor de seus interesses.

75. As já referidas mensagens nas fls. 70-72, representação policial, evento 1, nas quais Marcelo Bahia Odebrecht busca agendar encontro com Antônio Palocci Filho, tinham, por exemplo, por objeto discussões em torno de alíquotas de IPI e de créditos prêmio de IPI no âmbito da Medida Provisória 460/2009 e que seriam de interesse principalmente da Braskem Petroquímica, empresa controlada pelo Grupo Odebrecht.

76. Ainda nesse contexto, Marcelo Bahia Odebrecht enviou mensagem a outros executivos na data de 18/06/2009, informando que "Italiano" havia solicitado uma reunião com ele, provavelmente, segundo Marcelo Odebrecht, por terem "acordado que antes da reta final nos alinharíamos qt a contrapartida" (fl. 72 da representação policial, evento 1), em provável menção à contraprestação financeira decorrente do apoio fornecido para a aprovação de medidas fiscais na Medida Provisória 460/2009 que beneficiassem o Grupo Odebrecht.

77. Nas fls. 76-77 da representação policial, evento 1, novas trocas de mensagens, em agosto de 2009, relativamente à atuação de Antônio Palocci Filho, "italiano", no interesse do Grupo, especificamente no que diz respeito ao crédito prêmio previsto na Medida Provisória 460/2009.

78. Entre as mensagens, uma, bem destacada pelo MPF, de 11/08/2009, enviada por Marcelo Bahia Odebrecht a subordinado, contendo minuta de texto de conversão da Medida Provisória 460/2009, com anotações de sugestões no interesse do Grupo Odebrecht, e que deveria ser encaminhado a Antônio Palocci Filho (fl. 11 da manifestação do MPF, evento 8).

79. Embora aprovado, em 05/08/2008, pelo Congresso o reconhecimento do crédito prêmio até 31/12/2002, como pretendia o Grupo Odebrecht, o benefício foi vetado pelo então Presidente da República, conforme Mensagem nº 684, de 27/08/2009.

80. Ao mesmo tempo, o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em decisão de 13/08/2009 nos Recursos Extraordinários 561.485, 577.348 e 577.302, decidiu que o crédito prêmio do IPI teria sido extinto em 1990.

81. Já ciente da decisão do Supremo Tribunal Federal e da probabilidade do veto do benefício aprovado na medida provisória, Marcelo Bahia Odebrecht encaminhou em 13/08/2009 mensagem eletrônica a executivos do Grupo Odebrecht, lamentando o fato, informando que o Presidente da República teria sido influenciado negativamente por Guido Mantega, mas revelando que

"Italiano" havia ligado para ele e solicitado alternativas para a compensação da empresa pela derrota sofrida (fl. 80 da representação policial, evento 1). Oportuna transcrição parcial:

*"Tudo que é bom, é difícil.*

*Tudo que é fácil, não é para nós.*

*Acho que o 'muito pequeno' obstáculo de hoje abre uma avenida de oportunidade para sairmos ainda melhor do que se tivéssemos ganho.*

*Hoje estávamos 'carregando' um mundo de gente, agora com a dívida (ainda que moral, e de costumazes mal pagadores) que nossos 'amigos' tem conosco, podemos tentar emplacar ganhos maiores só para nós.*

*Italiano acabou de me ligar. Disse que GM manipulou a info para o PR. Vai estar com PR na 2ª ou durante o final de semana. Combinamos de nos encontrar amanhã as 15hs. Ele mesmo pediu além dos argumentos para a sanção/veto parcial, que levassemos alternativas para nos compensar.*

*Sejamos criativos!*

*Maurício: além das que vc. está trabalhando avalie com Fadigas se não*

*tem nada também no Poliedro (ainda que parcial).*

*O ideal seríamos colocar valores de qt somos compensados em cada uma das opções abrindo assim um menu/mix de escolha tributárias e ou com a Petrobrás.*

*Vamos sair melhor do que se tivéssemos ganho.*

*MF/CF: Vou estar em reunião amanhã pela manhã, mas podem me chamar assim que tiverem o material."*

82. Também aqui a prova de que "Italiano" não é Guido Mantega, já que foi o próprio "Italiano" quem comunicou a Marcelo Bahia Odebrecht que Guido Mantega teria influenciado negativamente o então Presidente da República para vetar o reconhecimento do crédito prêmio. Percebe-se ainda que "Italiano" é pessoa com acesso ao então Presidente. Chama ainda a atenção a referência de que, apesar do veto, seriam cogitadas alternativas junto ao então Presidente, "tributárias e ou com a Petrobrás", para compensar o Grupo Odebrecht.

83. Essas questões e novas discussões com "Italiano" acerca da Medida Provisória 460/2009, crédito prêmio de IPI e alíquota zero são objeto de outras mensagens apreendidas (v.g. fls. 68 e 82 da representação policial, evento 1).

84. Há mensagens sobre variados assuntos, além da Medida Provisória 460/2009.

85. Mensagem trocada com Marcelo Bahia Odebrecht e executivo do Grupo Odebrecht trata de reunião com Antônio Palocci Filho ("ital.") em julho de 2007 e tem por objeto a participação do Grupo empresarial em leilões não identificados (fl. 75 da representação policial, evento 1).

86. Há mensagens, em junho de 2010, acerca de intervenção de Italiano (Antonio Palocci Filho) para o aumento de linha de crédito pelo BNDES à Angola, fato que interessava à Odebrecht, exportadora de serviços financiados pelo BNDES para Angola, conforme fls. 95-100, da representação policial. Entre as mensagens, novamente referência ao "Italiano" (fl. 98 da representação policial, evento 1).

87. Transcreve-se a mensagem de 18/06/2010 enviada por Marcelo Bahia Odebrecht a executivo subordinado:

*"Meu receio e não sh fechar menos do que podia, como outros acertarem (pecuarista inclusive). Ok. Vou avisar Italiano que se querem algo, eles precisam agir!"*

88. E mensagem na mesma data enviada do subordinado a Marcelo Bahia Odebrecht:

*"Isso tem que ser fechado ateh segunda. Terca a noite chega o Chefe.*

*O que vc pode fazer eh incentivar o Ita a entrar no assunto, confiando que depois ele restabeleça os contatos para recuperar algo. Afinal houve um acordo passado.*

*E no que se estah fechando a chance dele recuperar algo eh zero.*

89. Essa última mensagem foi enviada em resposta à seguinte mensagem de Marcelo Bahia Odebrecht ao seu subordinado de 17/06/2010:

*"Amanhã vou estar as 11hs com Italiano. Seria o caso dizer a ele que com os 700 que estão sinalizando dificilmente terão algo, e que se nos autorizassem EB poderia tentar conseguir 50 de rebate (com o par dele lah) para o objetivo de 1200? Com ele ficando de confirmar o acerto de EB no dia 23 com o par dele?"*

90. Observa-se que conforme anotação no celular de Marcelo Bahia Odebrecht ele realmente teve em 18/06/2010 reunião com Antônio Palocci Filho (fl. 94 da representação, evento1), ele identificado como "AP".

91. As mensagens sugerem solicitação do Grupo Odebrecht a Antônio Palocci Filho para que fosse aumentada pelo BNDES a linha de crédito para Angola, então em setecentos milhões de dólares, para um bilhão e duzentos milhões de dólares, o que poderia resultar em propina de cinquenta milhões de dólares.

92. Foram encontradas ainda anotações no aparelho celular de Marcelo Bahia Odebrecht relacionando Antônio Palocci Filho a questões de interesse do Grupo Odebrecht em Angola (fls. 103 e 106 da representação policial, evento 1).

93. Outras mensagens eletrônicas trocadas em junho e julho de 2009 dizem respeito à atuação de Italiano (Antônio Palocci Filho) em favor do Grupo Odebrecht no Programa de Desenvolvimento de Submarino - PROSUB, conforme fls. 110-111 da representação policial, evento 1. No aparelho celular de Marcelo

Bahia Odebrecht foi, por sua vez, encontrada anotação "Prosub/Conta Italiano", que sugere a realização de pagamentos a "Italiano" em decorrência deste tema (fl. 113 da representação, evento 1).

94. Há também mensagens trocadas diretamente entre Marcelo Bahia Odebrecht e Branislav Kontic, como visto ex-assessor e sócio de Antônio Palocci Filho, e que dizem respeito a tentativa de obtenção de benefícios fiscais para o Grupo Odebrecht (fls. 83, 84, 85 e 91 da representação policial, evento 1).

95. Em uma dessas mensagens, de 30/03/2010, Marcelo Bahia Odebrecht pede a Branislav Kontic que informasse ao "Chefe" de que os problemas fiscais poderiam ser resolvidos com a edição de uma medida provisória específica:

*"Brani,*

*Tudo bem?*

*Diga ao chefe que a única maneira de evitar as ida e vindas e acabarmos perdendo o prazo para uso do PFiscal é realmente uma MP específica. Pagariamos o saldo com PF durante a vigência da MP, e depois não importa as emendas, a MP poderia caduar.*

*Se formos continuar via emendas, vai ser esta batalha inglória, onde todos querem sempre enfiar algo que o governo não aceita.*

*Falei com GM, mas ele precisa reforçar pois como sempre tem gente querendo dificultar (na prática estão querendo ganhar tempo para que usemos menos PF).*

*Se precisar me ligue (estou em SP) ou se possível ele pode se encontrar com Cláudio (copiado) em BSB, que pode atualizá-lo.*

*Obrigado e abraços*

*Marcelo" (fl. 91 da representação, evento 1)*

96. Segundo consta da representação policial, Antonio Palocci Filho teria ainda sido procurado por Marcelo Bahia Odebrecht em diversas oportunidades para obter apoio para a obtenção de contratos de construção de navios-sonda para a exploração do pré-sal e igualmente tratar das dificuldades da Odebrecht em aceitar os termos das negociações envolvendo as sondas do pré-sal junto à Petrobrás e à SeteBrasil (fls. 146-186 da representação policial, evento 1).

97. Das mensagens eletrônicas a esse respeito, destaque-se o constante na fl. 171 da representação, mensagem enviada, em 30/12/2010, por Marcelo Bahia Odebrecht aos seus subordinados:

*"Falei com Italiano. Entendeu e disse que ia falar. Mas ficou claro dois desconfortos: falta de histórico de conversas política na área de E&P, e o próprio fato de ele ainda estar tateando na relação com a moça."*

98. Outra mensagem relevante foi enviada por Marcelo Bahia Odebrecht aos seus subordinados em 21/02/2011 sugerindo possível superfaturamento na remuneração pelo afretamento das sondas (fl. 174 da representação policial, evento 1):

*"Chegou no Italiano a fofoca (via Petrobrás) que estaríamos saindo/desistindo da Bahia. Neguei e afirmei que as conversas não evoluíram apenas por eles estarem concentrados no 1º pacote.*

*Ele tem claro que a linha vai ser na compensação via tarifa de arrendamento."*

99. Em outra mensagem relevante, de 12/05/2011, Marcelo Bahia Odebrecht reporta aos seus subordinados reunião teria tido com a então Presidente da República e na qual estaria presente Antônio Palocci Filho (fls. 185-186 da representação, evento1):

*"2hs e 45 min!*

*Temas principais a pedido dela: TAV, Aeros e Arenas.*

*Fora as Arenas (não por nossa culpa) foi bem positivo.*

*Estavam LC e Italia.*

*No fim comentei do pre-sal (no início da reunião ela tinha dito por iniciativa própria que soube recentemente da OOG). Ai ela trouxe o tema sondas/estaleiro (queixou-se do nosso preço não competitivo das 7 sondas e falou da proposta da PB de nova licitação). Ela disse que com esta nova licitação a PB queria introduzir novos entrantes (chineses, etc) pois queria quebrar a 'rigidez dos custos locais'. No final da reunião Itália saiu comigo (e voltou depois) para me perguntar se eu estava ok com as mudanças para nova licitação (para afretamento) pois amanhã ia ter conversa com JSG [José Sergio Gabrielli]. Eu disse que sim, que seria uma alternativa para sair do impasse, com a OOG ganhando sondas de afretamento com a Set e contratando o estaleiro."*

100. Consultando a agenda pública da então Presidente da República, constata-se nesta data, 12/05/2011, consta referência à reunião com Antônio Palocci Filho, muito embora sem menção à também presença de Marcelo Bahia Odebrecht (<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/agenda/agenda-da-presidenta/2011-05-12>).

101. A respeito desse episódio, destaque-se ainda que, como consta na fls. 163 e 164 da representação, Marcelo Bahia Odebrecht não teria conseguido tratar do assunto envolvendo as sondas do pré-sal com Antônio Palocci Filho na cerimônia de diplomação da ex-Presidente da República em 2010. Embora Marcelo Bahia Odebrecht tenha afirmado, em um primeiro momento, que ele não estaria na cerimônia, o que é incorreto ("Italiano não estava na diplomação"), depois ele corrigiu-se apenas informando que não teria conseguido vê-lo na recepção pós diplomação ("Chefe, não consegui lhe ver na 6ª na recepção pós diplomação").

102. Entre as anotações e mensagens eletrônicas analisadas, foi ainda possível identificar, em cognição sumária, a participação de Antônio Palocci Filho em reuniões para aquisição de imóvel por intermédio da Odebrecht para utilização pelo Instituto Lula (IL).

103. Na aludida planilha que reflete os pagamentos subreptícios do Grupo Odebrecht ao grupo político de Antônio Palocci Filho, consta, como visto acima, o lançamento de 12.422 junto a rubrica "Prédio (IL)".

104. A partir da fl. 126 da representação policial, evento 1, constam anotações e mensagens que dizem respeito a esse fato.

105. Conforme registros de anotações no celular de Marcelo Bahia Odebrecht e mensagens eletrônicas, ele se reuniu em 02/07/2010 com Antônio Palocci Filho e em 08/07/2010 com José Carlos Marques Costa Bumlai.

106. José Carlos Costa Marques Bumlai, em depoimento prestado à autoridade policial e cujo excerto foi transcrito às fls. 127-129 da representação policial do evento 1, declarou que foi procurado pela esposa do ex-Presidente para a implementação do Instituto Lula e que tratou com Marcelo Odebrecht e Paulo Ricardo Baqueiro de Melo, da Odebrecht Realizações Imobiliárias, de questões relacionadas à implementação do Instituto Lula, inclusive compra do terreno, e que Roberto Teixeira, advogado de Luis Inácio Lula da Silva, teria igualmente intermediado a aquisição do terreno. Posteriormente, por ter se recusado a figurar como adquirente, teria sido deixado de lado nas negociações.

107. Nas folhas 131-145 da representação do evento 1, a autoridade policial colacionou diversas mensagens eletrônicas de Marcelo Bahia Odebrecht nas quais ele trata com executivos do grupo empresarial Odebrecht e com Branislav Kontic, auxiliar de Antonio Palocci Filho, a respeito da aquisição de terreno em prol do Instituto Lula. Menções nos corpos das mensagens eletrônicas a "Prédio Institucional", "Prédio do Instituto", à planilha intitulada "Edificio.docx" criada pelo próprio Marcelo Odebrecht, e a reuniões havidas entre Marcelo Odebrecht e Antonio Palocci Filho no período reforçam os indícios de que a aquisição do terreno do Instituto Lula foi acertada entre Marcelo Bahia Odebrecht e Antonio Palocci Filho.

108. Entre as mensagens, destaque-se a de 22/09/2010, enviada por Marcelo Bahia Odebrecht para Branislav Kontic, com referência à questão (fl. 135 da representação policial do evento 1):

*"Preciso mandar uma atualização sobre o novo prédio para o Chefe amanhã. Qual a melhor maneira?"*

109. De teor similar mensagem datada de 04/11/2010 (fl. 142 da representação policial do evento 1).

110. O terreno, situado na Rua Doutor Haberbeck Brandão, 178, São Paulo/SP, culminou por ser adquirido da ASA - Agência Sul Americana de Publicidade e Administração LTDA, pela DAG Construtora LTDA, conforme escritura pública firmada entre ambas e datada de 24/11/2010, no valor de R\$ 6.875.686,27 (Laudo 0620/2016/SETEC). A escritura foi precedida por contrato particular de compra e venda datado de 01/06/2010. Essas informações encontram-se na matrícula do imóvel de nº 188.853 do 14º Registro de Imóveis de São Paulo.

111. Consta ainda na matrícula que o imóvel teria sido transferido em 28/09/2012 para a Odebrecht Realizações SP 37- Empreendimentos Imobiliários por quinze milhões de reais e sucessivamente vendido por R\$ 12.602.230,16 à empresa Mix Empreendimentos e Participações Ltda. por escritura em 05/06/2013.

112. A DAG Construtora seria de propriedade de Dermeval de Souza Gusmão Filho, pessoa próxima a Marcelo Odebrecht, conforme se extrai do teor de mensagem em 01/09/2010 de Marcelo Bahia Odebrecht no qual menciona almoço com "Demerval" (fl. 131 da representação do evento 1) e ainda de mensagem de 05/04/2009 no qual Marcelo Bahia Odebrecht trata Demerval por "Demé" (fl. 8 do Laudo 0602/2016/SETEC).

113. Observa-se ainda o registro de anotação no aparelho celular de Marcelo Bahia Odebrecht de reunião em 03/09/2010 dele com Antônio Palocci Filho, Roberto Teixeira e que contaria com a presença do aludido Paulo Ricardo Baqueiro de Melo (fl. 131 da representação).

114. Também identificada minuta de contrato de compra e venda, com data de 05/03/2010, do mesmo imóvel, tendo por alienante a referida empresa ASA e como adquirente José Carlos Costa Marques Bumlai, no ato representado por Roberto Teixeira (fls. 12-13 do Laudo 0602/206/SETEC). O contrato foi apreendido no Sítio em Atibaia/SP de utilização pelo ex-Presidente da República.

115. A relação deste imóvel com o ex-Presidente é reforçada pela apreensão no Sítio de Atibaia/SP, utilizado pelo ex-Presidente, de um projeto arquitetônico para reforma deste mesmo imóvel na Rua Doutor Haberbeck Brandão, nº 178, em São Paulo (fls. 9-11 do Laudo 0620/2016/SETEC).

116. Observa-se, ainda no Laudo 0620/2016/SETEC (fls. 11-12) que o preço solicitado para o imóvel era de dez milhões de reais, havendo ainda dívidas junto à Prefeitura em torno de R\$ 2,3 milhões, o que atinge um valor próximo ao lançado na planilha Posição Italiano como tendo sido dispendido pelo Grupo Odebrecht (12.422).

117. Em cognição sumária, há prova de que o Grupo Odebrecht teria adquirido, com utilização de interposta pessoa, imóvel para implementação do Instituto Lula. Cogitou-se inicialmente na utilização de José Carlos Costa Marques Bumlai como pessoa interposta, sendo tal opção descartada em favor de empresa cujo dirigente mantinha boas relações com Marcelo Bahia Odebrecht. Na escritura, o valor foi subdeclarado, pois o negócio teria sido firmado em torno de doze milhões de reais. A negociação, realizada ainda em 2010, durante o mandato do ex-Presidente, teria contado com a coordenação de Antônio Palocci Filho, Roberto Teixeira e Marcelo Bahia Odebrecht. O dispêndio do preço pelo Grupo Odebrecht foi debitado na planilha com os compromissos financeiros com o grupo político. Os fatos confirmam, em princípio, o conteúdo da planilha e o papel de destaque de Antônio Palocci Filho na coordenação dos acertos e recebimentos de propinas junto ao Grupo Odebrecht.

118. Não está claro, ao final, se o imóvel ficou mesmo com o Instituto Lula ou se lhe foi dada outra destinação.

119. Foram ainda identificadas pelas mensagens e anotações no celular de Marcelo Bahia Odebrecht que este teria se reunido com Antônio Palocci Filho dezenas de vezes, como por exemplo em 12/01/2010, 14/01/2010, 09/02/2010, 26/02/2010, 05/03/2010, 24/03/2010, 23/04/2010, 27/05/2010, 07/06/2010, 18/06/2010, 02/07/2010, 23/07/2010, 13/08/2010, 03/09/2010, 27/09/2010, 11/11/2010, 30/12/2010, 27/02/2012, 14/03/2012, 29/03/2012,

27/04/2012, 05/06/2012, 16/07/2012, 04/10/2012, 26/02/2013, 02/07/2013 e 26/11/2013 (fls. 86-92, 122, 126, 131, 133, 142, 143, 171, 218, 219, 221, 222, 225 e 226 da representação policial, evento 1).

120. No computador apreendido da referida Maria Lúcia Guimarães Tavares, que trabalhava no Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, foram ainda identificados possíveis registros de pagamentos efetuados diretamente a "Italiano". Tais registros foram objeto do Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 279/2016 (evento 1, anexo16). Na representação policial (evento 1), há apontamentos a partir das fls. 206-208 desses pagamentos. Mas os registros não são completos, não havendo, em princípio, indicação dos valores. Não foi possível, porém, ainda rastrear como esses pagamentos teriam sido efetuados, se no exterior, se em espécie no Brasil

121. Em mensagem eletrônica de 22/09/2006 enviada por Marcelo Bahia Odebrecht a seus subordinados, há referência mais explícita a pagamento efetuado a Italiano (fl. 52 da representação do evento 1):

*"Pedro,*

*Tive que dar mais R250 para o italiano."*

122. Retornando a planilha de pagamentos subreptícios do Grupo Odebrecht ao grupo político de Antônio Palocci Filho, constam, como visto acima, três lançamentos nos quais faz-se referência de que eles teriam sido feitos "via JD".

123. Inicialmente, acreditava-se que "JD", seria provável referência ao ex-Ministro José Dirceu de Oliveira e Silva, condenado criminalmente por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa no esquema criminoso que vitimou a Petrobrás, na referida ação penal 5045241-84.2015.4.04.7000.

124. Entretanto, conforme apontado pela autoridade policial (fls. 208-211 da representação, evento 1), análise mais acurada revelou tratar-se, em cognição sumária, de Juscelino Antônio Dourado, pessoa ligada a Antônio Palocci Filho, tendo, por exemplo exercido o cargo de chefe de gabinete no Ministério da Fazenda durante período da gestão de Antônio Palocci Filho.

125. Com efeito, em anotações apreendidas no aparelho celular de Marcelo Bahia Odebrecht, foram encontradas referências à sigla "JD" juntamente com o número do telefone 11 8591-6460, que vem a ser de Juscelino Antônio Dourado (fls. 209 e 210 da representação, evento 1). Em uma das anotações, "JD" figura em conjunto com Antônio Palocci Filho ("AP") e ainda com Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, um dos diretores do Setor de Operações Estruturadas, e ainda com referência a pagamento em valor. Transcreve-se:

*"AP: env. Mantega Angola?*

*Conversa JD vs Deniu*

*Hilberto Silva:*



*Programar 500 mil reais até 5a*

*JD: (11) 8591-6460"*

126. Juscelino Antônio Dourado é sócio da empresa J & F Assessoria Ltda. e pode ter usado a empresa para recebimento desses valores.

127. O mesmo pode ter ocorrido com Antônio Palocci Filho em relação a sua empresa Projeto - Consultoria Empresarial e Financeira Ltda.

128. Todo o quadro probatório revela, em cognição sumária, que Antônio Palocci Filho mantinha relações intensas com o Grupo Odebrecht e inclusive com Marcelo Bahia Odebrecht, pelo menos desde 2006, e mesmo nos períodos em que exerceu cargo de Ministro e o mandato de deputado federal.

129. Também revela que Antônio Palocci Filho, identificado pelo codinome "Italiano", prestou, mesmo no período que exercia cargo ou mandato público, serviços ao Grupo Odebrecht junto ao Governo Federal.

130. A planilha, o conteúdo das mensagens eletrônicas, das anotações encontradas no aparelho celular de Marcelo Bahia Odebrecht e o arquivo recuperado da secretária do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, revelam, em cognição sumária, que Antônio Palocci Filho era um dos principais interlocutores de seu grupo político com a Odebrecht e que teria havido acordos de propinas de 2008 a 2013 de cerca de duzentos milhões de reais, dos quais cerca de cento e vinte e oito milhões de reais teriam sido pagos até outubro de 2013, restando saldo de cerca de setenta e um milhões de reais em 22/10/2013, dos quais cerca de seis milhões de reais caberiam diretamente a Antônio Palocci Filho.

131. Não foi ainda possível rastrear todos esses repasses, mas parte deles consistiram em pagamentos de serviços publicitários de João Cerqueira de Santana Filho e Mônica Regina Cunha Moura em campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, havendo, em princípio, prova documental de depósitos no exterior efetuados pelo Grupo Odebrecht e que é objeto da referida ação penal 50197727-95.2016.4.04.7000. Com efeito, em cognição sumária, consta naqueles autos que através das contas em nome das off-shores Klienfeld Services e Innovation Research Engineering and Development Ltd., controladas pelo Grupo Odebrecht, foram realizados, em favor da conta em nome da off-shore Shellbil Finance, controlada por João Cerqueira de Santana Filho e Mônica Regina Cunha Moura, depósitos de USD 500.000,00 em 13/04/2012, de USD 1.000.000,00 em 11/07/2012, de USD 700.000,00 em 01/03/2013, e de USD 800.000,00 em 08/03/2013.

132. Por outro lado, João Cerqueira de Santana Filho e Mônica Regina Cunha Moura, em outra ação penal, de n.º 5013405-59.2016.4.04.7000, admitiram, em interrogatório judicial (evento 486 daqueles autos), que controlavam a referida conta e nela recebiam depósitos subreptícios em remuneração de serviços prestados em campanhas eleitorais para o Partido dos Trabalhadores

133. Foi ainda possível, em cognição sumária, rastrear os pagamentos efetuados em 2010, de cerca de doze milhões de reais, pelo Grupo Odebrecht e retratados na aludida planilha para aquisição de imóvel que serviria para implementação do Instituto Lula, operação que foi coordenda por Antônio Palocci Filho.

134. Atuavam conjuntamente a Antonio Palocci Filho seus assessores, Branislav Kontic, Juscelino Antônio Dourado, e, em posição mais subordinada, sua secretária, Rita de Cássia dos Santos.

135. Não está elucidada a origem dos recursos utilizados pelo Grupo Odebrecht para pagamento de propina, especificamente se teriam por origem contratos públicos específicos, inclusive no âmbito da Petrobrás.

136. Considerando a referência na planilha à empresa Braskem Petroquímica (Bk), controlada pelo Grupo Odebrecht, e ainda as mensagens eletrônicas que tratam da intervenção de Antônio Palocci Filho no interesse do Grupo Odebrecht nas licitações e contratos para a construção das sondas do pré-sal, envolvendo Petrobrás e SeteBrasil, bem como a mensagem na qual se faz expressa referência a compensações "com a Petrobrás" (item 81), há indícios de que pelo menos parte dos acertos tenham por origem contratos da Petrobrás ou da Braskem Petroquímica com a Petrobrás, que já constituem objeto da assim denominada Operação Lavajato, o que justifica provisoriamente a competência deste Juízo.

137. Oportuno ainda lembrar que as contas em nome das off-shores Klienfeld Services e Innovation Research Engineering and Development Ltd., controladas pelo Grupo Odebrecht, que foram utilizadas para realizar os depósitos subreptícios no exterior em favor de João Cerqueira de Santana Filho e Mônica Regina Cunha Moura, são as mesmas contas que, conforme sentença prolatada na ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000, foram utilizadas, juntamente com outras, pelo Grupo Odebrecht para realizar depósitos no exterior em contas off-shores controladas pelos executivos da Petrobrás Paulo Roberto Costa, Pedro José Barusco Filho, Renato de Souza Duque e Alberto Youssef. Com efeito, provado, nos termos da sentença, o pagamento de propina de R\$ 108.809.565,00 e USD 35 milhões pelo Grupo Odebrecht à Diretoria de Abastecimento e à Diretoria de Engenharia e Serviços da Petrobrás.

138. Em outras palavras, as mesmas contas que alimentaram com propinas contas controladas por executivos da Petrobrás teriam sido utilizadas para realizar depósitos em conta secreta no exterior dos publicitários contratados para campanhas eleitorais pelo Partido dos Trabalhadores.

139. Por outro lado, o pagamento de propina a parlamentar federal e a Ministro de Estado é da competência da Justiça Federal, assim como a prática transnacional de crime de corrupção e de lavagem de dinheiro, conforme compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 e que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.687/2006 e a previsão constante no art. 109, V, da Constituição Federal.

140. Esses os elementos probatórios colacionados em síntese já na decisão anterior de 12/09/2016 (evento 10).

141. Examinam-se os elementos probatórios **supervenientes** à decisão.

142. Foram ouvidos, em interrogatório policial, Antônio Palocci Filho, Branislav Kontic e Juscelino Antônio Dourado (fls. 3-21 da representação policial, evento 54).

143. Em síntese, negaram os crimes, inclusive Antônio Palocci Filho que seria a pessoa identificada como "Italiano" nas planilhas e mensagens eletrônicas da Odebrecht.

144. Nessa fase processual, não cabe examinar, com profundidade, os álibis apresentado.

145. Observa-se, porém, que os argumentos colocados pelo investigados, embora relevantes, não são aparentemente decisivos.

146. Antônio Palocci Filho argumentou que teria votado contra o reconhecimento do crédito prêmio do IPI na Medida Provisória 460/2009, o que indicaria que não seria ele o "Italiano", que teria trabalhado pela aprovação da proposta. Trata-se de afirmação do investigado ainda carente de prova, mas a questão relevante, conforme mensagens eletrônicas, teria sido a atuação do investigado, nos bastidores, para prevenir o veto presidencial ao reconhecimento do benefício e, sucessivamente, sua atuação, conforme mensagem de Marcelo Bahia Odebrecht reproduzida no item 81, retro, para obtenção de "alternativas para compensar" o Grupo Odebrecht caso o benefício fosse vetado.

147. De todo modo, apesar dos argumentos dele, o exame das mensagens eletrônicas e dos outros elementos probatórios reproduzido nos itens 63-101, permite concluir, em cognição sumária, que o Grupo Odebrecht identificava, em suas comunicações internas, Antônio Palocci Filho como "Italiano".

148. Colacionou a autoridade policial, na representação policial do evento 54, elementos adicionais que vinculam Antônio Palocci Filho com "Italiano".

149. Examina-se apenas um.

150. No exame de mensagens eletrônicas constantes em aparelhos apreendidos na residência de Benedicto Barbosa da Silva Júnior, executivo da Odebrecht, foi identificada mensagem por ele enviada em 20/08/2004, a Marcelo Bahia Odebrecht com o assunto "sugestão paper Palocci". No arquivo anexado à mensagem, constam pautas que seriam tratadas por Marcelo Bahia Odebrecht com Antônio Palocci Filho, como obras e leilões. Entretanto, o arquivo anexado à mensagem tem o título "Agenda Faria Lima MBO x Italiano 200704.doc". "MBO" é Marcelo Bahia Odebrecht, por evidente, e a comparação entre o assunto identificado da mensagem "sugestão paper Palocci" com o título do arquivo eletrônico enviado na mesma mensagem "Agenda Faria Lima MBO x Italiano 200704.doc", é mais uma evidência, em cognição sumária, de que "Italiano" era

como o Grupo Odebrecht denominava Antônio Palocci Filho em suas comunicações internas. Essa mensagem e arquivo encontra-se no Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 592/2016 (evento 54, anexo3, fls. 2-4).

151. De forma semelhante, as negativas genéricas de Branislav Kontic parecem, em cognição sumária, inconsistentes com o conteúdo das diversas mensagens eletrônicas por ele trocadas com Marcelo Bahia Odebrecht e acima reproduzidas parcialmente. Entre outras, destaca-se sua negativa de ter tratado com Marcelo Bahia Odebrecht sobre a aquisição de imóvel para implementação do Instituto Lula ("que indagado sobre trocas de mensagens na qual Marcelo Bahia Odebrecht encaminhou documentos para o declarante sobre a aquisição de um terreno que, segundo a investigação apontou poderia estar relacionada à ideia de se construir naquele local o Instituto Lula, respondeu que não se recorda o assunto do email e tampouco de ter recebido documento que tivesse por fim ser destinada à construção da sede do Instituto Lula" - fl. 12 da representação), o que parece inconsistente com as mensagens já citadas no itens 108 e 109, retro, enviadas por Marcelo Bahia Odebrecht sobre o prédio e exatamente para Branislav Kontic. Observa-se, na mensagem do item 108 (fl. 135-140 da representação policial do evento I), que o arquivo anexo a ela é explícito quanto à identificação do "Prédio do Instituto" ou do "Prédio Institucional", bem como do imóvel na Rua Doutor Haberbeck Brandão, 178, São Paulo/SP. Como o próprio investigado admitiu em seu interrogatório, é pouco plausível que a inconsistência decorra de falha de memória ("ressalta que caso fosse esse o assunto tratado nos documentos, o declarante tem certeza que se recordaria").

152. Então, pelo menos em cognição sumária, não aparenta haver consistência nas negativas genéricas.

153. Surgiram ainda elementos probatórios adicionais quanto à materialidade.

154. A pedido da autoridade policial e do MPF, foi decretada, em 30/10/2015, a quebra judicial de sigilo bancário sobre a conta em nome da off-shore Shellbil Finance mantidas no exterior (evento 16 do processo 5048739-91.2015.4.04.7000). Foi enviado pelo MPF o pedido de cooperação jurídica internacional.

155. A resposta foi apresentada a este Juízo em 27/09/2016, formando o processo 5049630-78.2016.4.04.7000.

156. Presentes os documentos da conta em nome da off-shore Shelbil Finance no Banco Heritage em Genebra, Suíça. A documentação confirma o que Mônica Regina Cunha Moura e a João Cerqueira de Santana Filho já haviam confessado, especificamente que les são os controladores e beneficiários finais da conta.

157. Mas também confirmam, em exame sumária, que o Grupo Odebrecht realizou mais depósitos na referida conta do que aqueles que até o momento haviam sido identificados, de três milhões de dólares entre 13/04/2012 a 08/03/2013.

158. A vinda da documentação adicional da conta permitiu a identificação de depósitos de pelo menos USD 11.719.691,08 entre 19/07/2011 a 18/07/2012 provenientes das mesmas contas off-shores Innovation Research e Klienfeld Services, controlada pelo Grupo Odebrecht, conforme fl. 31 da representação e documentos do anexo 2 do evento 54.

159. Oportuno ainda mencionar mensagem eletrônica de 19/07/2011 (evento 54, anexo 2, fl. 1), aparentemente exigida pelo sistema de compliance do Banco Heritage, e na qual é esclarecido que esses depósitos corresponderiam a comissões decorrentes de campanhas de marketing político e campanhas publicitárias ("des entrées de fonds correspondant à diverses commissions engendrées par des campagnes de marketing politique et campagnes publicitaires").

160. Esses depósitos pelo Grupo Odebrecht de USD 11.719.691,08 entre 19/07/2011 a 18/07/2012, mais os dois de 2013 que já haviam sido identificados, de USD 700.000,00 em 01/03/2013, e de USD 800.000,00 em 08/03/2013, revelam depósitos de pelo menos USD 13.219.691,08 entre 19/07/2011 a 08/03/2013 na conta secreta dos referidos publicitários, o que corrobora os registros de anotações de pagamentos a "Feira" na referida planilha "Posição Programa Especial Italiano" (itens 35-41, retro).

161. Esses pagamentos de USD 13.219.691,08 teriam sido, considerando o teor da planilha, coordenados pelo "Italiano", ou seja, Antônio Palocci Filho.

162. A autoridade policial, examinando as planilhas apreendidas do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, teria ainda identificado pagamentos em espécie de pelo menos R\$ 30.200.000,00 ao "Italiano", ou seja, Antônio Palocci Filho, isso somente no ano de 2010, conforme fls. 33-57 da representação policial do evento 54 e planilhas ali reproduzidas.

163. Por outro lado, o resultado da quebra por autorização judicial do sigilo bancário da empresa DAG Construtora Ltda. no processo 5031082-05.2016.4.04.7000 (decisão de 02/08/2016 - evento 13), cofirmam, em cognição sumária, que os recursos utilizados para aquisição do referido imóvel na Rua Doutor Haberbeck Brandão, 178, São Paulo/SP, para o Instituto Lula, foram provenientes da Construtora Norberto Odebrecht, conforme quadro reproduzido na fl. 60 da representação policial (evento 54). Após o recebimento de valores da Odebrecht, a DAG efetuou os pagamentos aos então titulares de direitos sobre o imóvel, sócios da referida ASA - Agência Sul Americana de Publicidade (item 110) e inclusive pagou as custas junto ao tabelião e registro de imóveis.

164. O que se tem, portanto, é que as provas colhidas desde a realização da diligência apenas robusteceram o quadro probatório já exposto na decisão anterior.

165. Com base nesses fatos, a autoridade policial requereu a prisão preventiva de Antônio Palocci Filho e Branislav Kotic.

166. O MPF manifestou-se favoravelmente à prisão preventiva.

167. Como acima exposto, presentes provas, em cognição sumária, de materialidade e de autoria, em relação a todos eles, dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

168. Não se trata de um ato isolado de corrupção e lavagem de dinheiro, mas de uma prática contínua e prolongada envolvendo valores milionários de propina, aqui com um agravante da existência de um saldo de propina a pagar.

169. Com efeito, considerando os dados constantes na aludida planilha, retrata ela repasses do Grupo Odebrecht a agentes do Partido dos Trabalhadores, por intermédio de "Italiano", ou seja, em cognição sumária, de Antônio Palocci Filho, da ordem de cerca de cento e vinte e oito milhões de reais, com um saldo ainda a pagar de cerca de setenta e um milhões.

170. Colhidos elementos probatórios, em cognição sumária, que confirmam parte desses repasses, como, por exemplo, os depósitos de USD 13.219.691,08 entre 19/07/2011 a 08/03/2013 em conta secreta no exterior para os publicitários contratados para campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, os repasses de R\$ 30.200.000,00 somente no ano de 2010 em espécie diretamente ao "Italiano", e os cerca de doze milhões para aquisição subreptícia de imóvel para implementação do Instituto Lula.

171. O recebimento de propinas milionárias para si ou para outrem no período de exercício do cargo de Ministro de Estado e mesmo depois como parlamentar federal configura em tese crime de corrupção.

172. Mesmo o recebimento posterior, quando não exercia cargo público, mas em decorrência de contratos públicos, pode em tese caracterizar crimes de corrupção.

173. Os indícios são de que Antônio Palocci Filho persistiu atuando subrepticiamente nos interesses do Grupo Odebrecht junto ao Governo Federal mesmo após não mais exercer cargo ou mandato público. Boa parte dos pagamentos e mensagens acima referidas são posteriores a 07/06/2011. A própria planilha com o retrato dos pagamentos ilícitos e que ainda tem o título "Programa Especial Italiano" é de 31/07/2012, com atualização em 22/10/2013 (itens 35 e 45). Há ainda registro de encontros diversos entre Marcelo Bahia Odebrecht e Antônio Palocci Filho que se estender por anos e bem depois de 07/06/2011.

174. Pertinente, no contexto, o seguinte comentário do magistrado italiano Piercamilo Davigo, atualmente na Corte de Cassação italiana e que atuou na conhecida Operação Mãos Limpas", sobre a corrupção:

*"As investigações revelaram que a corrupção é um fenômeno serial e difuso: quando alguém é pego com a boca na botija, normalmente não é sua primeira vez. Além disso, os corruptos tendem a criar um ambiente favorável à corrupção envolvendo outros indivíduos no crime, de modo a conquistar sua cumplicidade até que as pessoas honestas estejam isoladas. Isso induziu a encarar esses crimes com a certeza de que não se tratavam de comportamentos casuais e isolados, mas de delitos seriais que envolviam um número relevante de pessoas, a ponto de criar mercados ilícitos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. Operação Mãos Limpas. Porto Alegre: Citadel, 2016, p. 17)*

E ainda:

*"... os aspectos seriais e de facilidade de difusão desses delitos [de corrupção] resultam quase sempre na reincidência. A experiência também ensina que esse perigo não diminui nem mesmo com o afastamento dos corruptos dos cargos públicos, porque ali a pouco eles se encontram exercendo o papel de intermediários entre os velhos cúmplices não descobertos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. op. cit, 2016, p. 18)*

175. Por outro lado, o repasse subreptício desses valores, com expedientes de ocultação e dissimulação, como a utilização de contas off-shores no exterior, pode em tese configurar crime de lavagem de dinheiro.

176. Embora a conta corrente da propina envolva, em cognição sumária, diversos crimes, há indícios de que parte dos pagamentos decorra de contratos do Grupo Odebrecht com a Petrobrás (itens 136-139, retro).

177. Possível ainda cogitar de crime de associação criminosa, já que houve uma empreitada coletiva e não isolada.

178. Encontram-se, portanto, presentes, em cognição sumária, boas provas de autoria e materialidade de crimes de corrupção, lavagem e associação criminosa, pressupostos para a preventiva.

179. Resta analisar a presença dos fundamentos.

180. Na assim denominada Operação Lavajato, identificados elementos probatórios que apontam para um quadro de corrupção sistêmica, nos quais ajustes fraudulentos para obtenção de contratos públicos e o pagamento de propinas a agentes públicos, a agentes políticos e a partidos políticos, bem como o recebimento delas por estes, passaram a ser pagas como rotina e encaradas pelos participantes como a regra do jogo, algo natural e não anormal.

181. Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lavajato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso. Se os custos do enfrentamento hoje são grandes, certamente serão maiores no futuro. O país já paga, atualmente, um preço elevado, com várias autoridades públicas denunciadas ou investigadas em esquemas de corrupção, minando a confiança na regra da lei e na democracia.

182. Impor a prisão preventiva em um quadro decorrupção e lavagem de dinheiro sistêmica é aplicação ortodoxa da lei processual penal (art. 312 do CPP).

183. Assim, excepcional não é a prisão cautelar, mas o grau de deterioração da coisa pública revelada pelos processos na Operação Lavajato, com prejuízos já assumidos de cerca de seis bilhões de reais somente pela Petrobrás e a possibilidade, segundo investigações em curso no Supremo Tribunal Federal, de que os desvios tenham sido utilizados para pagamento de propina a dezenas de parlamentares, comprometendo a própria qualidade de nossa democracia.

184. Embora a prisão cautelar seja um remédio amargo, é melhor do que a contaminação da democracia pela corrupção sistêmica. Em um determinado nível, a corrupção coloca em risco a própria qualidade de democracia, com afetação das eleições livres e do regular funcionamento das instituições. Trata-se de um retrato de uma democracia vendida. É nesse contexto que deve ser compreendido o emprego, na forma da lei e ainda pontual, das prisões preventivas na assim denominada Operação Lavajato.

185. No caso presente, a dimensão e o caráter serial dos crimes, cento e vinte e oito milhões de reais, com um saldo de cerca de setenta e um milhões, estendendo-se por vários anos, é característico do risco à ordem pública.

186. As provas são, em cognição sumária, da prática reiterada, profissional e sofisticada de crimes contra a Administração Pública e de lavagem de dinheiro, com Antônio Palocci Filho vendendo facilidades, durante e depois do exercício de cargo ou mandato público, ao Grupo Odebrecht, e recebendo em contrapartida, direta ou indiretamente, pelo menos cento e vinte e oito milhão de reais, através de subfertúgios sofisticados e que incluem a realização de pagamentos em conta secreta de terceiro no exterior.

187. A esse respeito, de se destacar os recentes precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça em diversos habeas corpus impetrados por presos na Operação Lavajato, com o reconhecimento, por ampla maioria, da necessidade da prisão cautelar em decorrência do risco à ordem pública.

188. Destaco, ilustrativamente, o HC 332.586/PR, Relator, o eminente Ministro Felix Fischer. Da ementa:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ARTIGOS 2º, CAPUT E §4º, INCISOS II, III, IV E V, C.C. 1º, §1º, DA LEI 12.850/2013, 333, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL (106 VEZES), E 1º, CAPUT, DA LEI 9.613/1998 (54 VEZES). OPERAÇÃO "LAVA JATO". ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

(...)

*III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão realização de preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nempermite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).*

*IV - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de se garantir a ordem pública, tendo em vista o modo sistemático, habitual e*



*profissional dos crimes praticados contra a Administração Pública Federal, que indicam verdadeiro modus operandi de realização de negócios com a Administração Pública, gerando grande prejuízo aos cofres públicos.*

*V - Não se pode olvidar, ademais, o fundado receio de reiteração delitiva, tendo em vista que o paciente seria integrante de organização criminosa voltada para o cometimento de ilícitos de corrupção e lavagem de ativos em contratações realizadas com o Poder Público, o que justifica a imposição da medida extrema no intuito de interromper ou diminuir a atuação das práticas cartelizadas realizadas em prejuízo de grande licitações no país. Neste sentido, já decidiu o eg. Pretório Excelso que "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel<sup>a</sup>. Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).*

*VI - Mostra-se insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, quando presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar, como na hipótese." (HC 332.586/PR - 5ª Turma do STJ - Rel. Min. Felix Fischer - por maioria - 10/12/2015)*

189. Do voto do Relator, após serem apontados os riscos concretos de reiteração delitiva, destaco os seguintes trechos:

*"Sob outro prisma, entendo que a maneira pela qual os delitos em apuração ocorreram, e os que eventualmente surgirem no decorrer das investigações, evidenciam a seriedade dos fatos e a efetiva necessidade de intervenção para interrupção das práticas fraudulentas. Trata-se de vultosos prejuízos ocasionados aos cofres públicos, o que, num contexto de dificuldades como as que ora se apresentam no cenário econômico-financeiro do país, apenas denotam ainda mais a expressividade da lesão e a gravidade concreta das condutas, ao contrário do entendimento firmado pelo douto Ministro Relator.*

*Não por acaso, consignou o em. Desembargador convocado do eg. TJ/SC, Newton Trisotto, por ocasião do julgamento do HC 333.322/PR, que 'Nos últimos 50 (cinquenta) anos, nenhum fato relacionado à corrupção e à improbidade administrativa, nem mesmo o famigerado "mensalão", causou tamanha indignação, "repercussão danosa e prejudicial ao meio social", quanto estes sob investigação na operação 'Lava-Jato', investigação que, a cada dia, revela novos escândalos. A sociedade reclama dos políticos, das autoridades policiais, do Ministério Público e do Judiciário ações eficazes para coibir a corrupção e para punir exemplarmente os administradores ímprobos e todos os que estiverem, direta ou indiretamente, a eles associados " (HC n. 333.322/PR, Quinta Turma, DJe de 25/9/2015).*

*O em. Ministro Celso de Mello, do col. Pretório Excelso, por sua vez, no julgamento da Medida Cautelar n. 4039, chegou a afirmar que 'a ausência de bons costumes leva à corrupção e o quadro que está aí é altamente indicativo de que essa patologia se abateu sobre o aparelho de Estado Brasileiro '.*

(...)

*Assim sendo, assevero que os acontecimentos até aqui revelados pela 'Operação Lavajato' reclamam uma atuação firme do Poder Judiciário no sentido de evitar a reiteração das práticas delitivas, objetivando possibilitar a devida apuração dos fatos praticados contra a Administração Pública e, em última análise, a população brasileira, sendo a prisão preventiva, na hipótese, ainda que excepcional, a única medida cabível para o atingir tais objetivos." (Grifou-se)*

190. Tal decisão converge com várias outras tomadas mais recentemente por aquela Egrégia Corte Superior de Justiça, como no HC 339.037 (Rel. Min. Jorge Mussi, 5ª Turma do STJ, por maioria, j. 15/12/2015, acórdão pendente de publicação), no HC 330.283 (Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma do STJ, un. j. 03/12/2015) e no RHC 62.394/PR (Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma do STJ, un., j. 03/12/2015).

191. A dimensão em concreta dos fatos delitivos - jamais a gravidade em abstrato - pode ser invocada como fundamento para a decretação da prisão preventiva. Não se trata de antecipação de pena, nem medida da espécie é incompatível com um processo penal orientado pela presunção de inocência. Sobre o tema, releva destacar o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal.

*"HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. GRUPO CRIMINOSO. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. CRIME DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. SÚMULA 691. 1. A presunção de inocência, ou de não culpabilidade, é princípio cardeal no processo penal em um Estado Democrático de Direito. Teve longo desenvolvimento histórico, sendo considerada uma conquista da humanidade. Não impede, porém, em absoluto, a imposição de restrições ao direito do acusado antes do final processo, exigindo apenas que essas sejam necessárias e que não sejam prodigalizadas. Não constitui um véu inibidor da apreensão da realidade pelo juiz, ou mais especificamente do conhecimento dos fatos do processo e da valoração das provas, ainda que em cognição sumária e provisória. O mundo não pode ser colocado entre parênteses. O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam risco de reiteração delitiva e a periculosidade do agente, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria. 2. Não se pode afirmar a invalidade da decretação de prisão cautelar, em sentença, de condenados que integram grupo criminoso dedicado à prática do crime de extorsão mediante sequestro, pela presença de risco de reiteração delitiva e à ordem pública, fundamentos para a preventiva, conforme art. 312 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus que não deveria ser conhecido, pois impetrado contra negativa de liminar: Tendo se ingressado no mérito com a concessão da liminar e na discussão havida no julgamento, é o caso de, desde logo, conhecê-lo para denegá-lo, superando excepcionalmente a Súmula 691." (HC 101.979/SP - Relatora para o acórdão Ministra Rosa Weber - 1ª Turma do STF - por maioria - j. 15.5.2012).*

192. A esse respeito, merece igualmente lembrança o conhecido precedente do Plenário do Supremo Tribunal no HC 80.717-8/SP, quando mantida a prisão cautelar do então juiz trabalhista Nicolau dos Santos Neto, em acórdão da lavra da eminente Ministra Elle Gracie Northfleet. Transcrevo a parte pertinente da ementa:

*"(...) Verificados os pressupostos estabelecidos pela norma processual (CPP, art. 312), coadjuvando-os ao disposto no art. 30 da Lei nº 7.492/1986, que reforça os motivos de decretação da prisão preventiva em razão da magnitude da lesão causada, não há falar em revogação da medida acautelatória.*

*A necessidade de se resguardar a ordem pública revela-se em consequência dos graves prejuízos causados à credibilidade das instituições públicas." (HC 80.711-8/SP - Plenário do STF - Rel. para o acórdão Ministra Ellen Gracie Northfleet - por maioria - j. 13/06/2014)*

193. Embora aquele caso se revestisse de circunstâncias excepcionais, o mesmo pode ser dito para o presente, sendo, aliás, os danos decorrentes dos crimes em apuração na Operação Lavajato, inclusive o presente, muito superiores aqueles verificados no precedente citado.

194. O apelo à ordem pública, seja para prevenir novos crimes - e há aparentemente um saldo de propina a ser pago-, seja em decorrência de gravidade em concreta dos crimes praticados, é suficiente para justificar a decretação da preventiva.

195. Vislumbra-se ainda risco à aplicação da lei penal.

196. Não foi ainda possível rastrear parcela considerável dos cento e vinte e oito milhões de reais pagos. Considerando o modus operandi verificado nas ações penais 5019727-95.2016.4.04.7000 e 5036528-23.2015.4.04.7000, é possível que os pagamentos tenham, em parte, ocorrido em contas secretas no exterior ainda não identificadas ou bloqueadas.

197. Enquanto não houver rastreamento do dinheiro e a identificação de sua localização atual, há um risco de dissipação do produto do crime, o que inviabilizará a sua recuperação. Enquanto não afastado o risco de dissipação do produto do crime, presente igualmente um risco maior de fuga ao exterior, uma vez que os investigados poderiam se valer de recursos ilícitos ali mantidos para facilitar fuga e refúgio no exterior.

198. Assim, a prisão cautelar, além de prevenir o envolvimento dos investigados em outros esquemas criminosos, bem como prevenir o recebimento do saldo da propina, também terá o salutar efeito de impedir ou dificultar novas condutas de ocultação e dissimulação do produto do crime, já que este ainda não foi recuperado, o que resguardará a aplicação da lei penal, que exige sequestro e confisco desses valores.

199. Presente ainda risco à investigação ou à instrução.

200. Informa a autoridade policial que, quando da realização das diligências de busca e apreensão no dia 26/09/2016, na sede da empresa Projeto Consultoria, de Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic, foi constatada a ausência dos "gabinetes dos computadores" na diversas estações de trabalho da empresa (fl. 85 da representação, evento 54). Reporta-se o MPF a este mesmo fato (fls. 8-10 da manifestação do evento 63).

201. A informação da equipe que realizou as buscas no escritório de Antônio Palocci Filho confirma o fato. Transcreve-se (evento 54, anexo7):

*"Informo que, durante o cumprimento do mandado de busca (...) na empresa Projeto - Consultoria Empresarial e Financeira Ltda., (...), constatei a existência de monitores, teclados e mouses sem os correspondentes computadores (gabinetes - desktop).*

*Segundo fotos abaixo, produzidas no interior do escritório, os monitores, teclados e mouse todavia encontravam-se nas mesas de trabalho, inclusive com os fios que os deveriam conectar aos respectivos gabinetes.*

*Diante de tal fato, entrei em contato com o responsável pelo cumprimento do mandado de prisão (...), que questionou Branislav Kontic sobre os motivos dos monitores estarem sem gabinetes. Por tal motivo, o investigado em tela afirmou que os monitores eram antigos e, portanto, de computadores velhos. Ademais, alegou que estaria usando notebooks. Entretanto, causa espécie a suposta substituição dos computadores velhos por notebooks sem a retirada dos monitores das bancadas, assim como teclados, mouse e fios, fato que mereceria esclarecimentos."*

202. Na informação, constam fotos que confirmam o relato, nas quais visualizam-se pelo menos duas estações de trabalho, com monitor, mouse e teclado ali presentes, desconectados e desacompanhados do gabinete do computador.

203. A explicação colhida pelo agente policial com o investigado Branislav Kontic, de que estariam utilizando notebooks no escritório, não parece ser muito consistente com a manutenção no local dos monitores, mouses e especialmente dos teclados desconectados.

204. Já a explicação apresentada pela Defesa de Antônio Palocci Filho, de que os gabinetes teriam sido retirados temporariamente por empregados da empresa que estariam trabalhando em outros locais (evento 68), além de carente de prova, causa estranheza não só pela manutenção do restante do equipamento no local, mas igualmente por não convergir com a explicação já dada pelo próprio Branislav Kontic.

205. Há, portanto, indícios de que, previamente à busca e apreensão, foram retirados do local os gabinetes com os arquivos eletrônicos dos computadores mantidos no escritório profissional de Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic, o que talvez seja explicado pelo fato de que, mesmo antes da busca, já havia especulações acerca da realização de diligências, na Operação Lavajato, em relação ao ex-Ministro.

206. Embora o fato demande ser completamente esclarecido, inclusive quanto aos álibis apresentados, é, nesse momento, indicativo de supressão e ocultação de material probatório, a caracterizar risco à investigação e à instrução.

207. Portanto, além da presença dos pressupostos para a decretação da prisão preventiva, boa prova de autoria e materialidade, vislumbram-se riscos à ordem pública, à aplicação da lei penal e à investigação ou à instrução.

208. No contexto, de múltiplos riscos e com elevada gravidade em concreto dos crimes em apuração, não vislumbro como substituir, de maneira eficaz, a prisão cautelar por medidas cautelares alternativas.

209. Nem o afastamento de Antônio Palocci Filho de cargos ou mandatos públicos preveniu a continuidade delitiva e, por outro lado, os crimes foram praticados no mundo das sombras, através de transações subreptícias, tornando inviável a adoção de medidas cautelares alternativas que possam prevenir a continuidade da prática delitiva, inclusive o recebimento do saldo da propina, novas operações de lavagem de dinheiro, ou prevenir a dissipação dos ativos criminosos ou a supressão de provas.

210. Ante o exposto, defiro o requerido pela autoridade, com manifestação favorável do MPF, para, presentes os pressupostos da prisão preventiva, boa prova de materialidade e de autoria, e igualmente os fundamentos, risco à ordem pública, à aplicação da lei penal e à instrução ou à investigação, decreto, com base nos arts. 311 e 312 do CPP, a prisão preventiva de Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic.

211. **Expeçam-se** os mandados de prisão preventiva contra Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic, consignando a referência a esta decisão e processo, aos crimes do art. 1.º da Lei nº 9.613/1998 e dos arts. 288 e 317 do Código Penal.

212. **Instrua-se** cada um dos mandados de prisão com cópia desta decisão, solicitando que seja entregue aos presos.

213. Relativamente à Juscelino Antônio Dourado, embora fosse cogitável a mesma medida, há requerimentos somente por medidas cautelares alternativas, o que pode ser compreendido já que, aparentemente, não mais manteria vínculo atual com Antônio Palocci Filho. Em relação a ele, considerando o fundamentado e ainda o disposto nos arts. 282 e 319 do CPP, bem como a necessidade de tê-lo disponível durante a investigação e instrução, imponho as seguintes medidas cautelares alternativas:

- comparecimento a todos os atos do processo e atender às intimações, mesmo no inquérito, por telefone;

- proibição de deixar a residência por mais de 30 dias sem pedir autorização do Juízo; e

- entregar em Juízo, no prazo de três dias, seus passaportes brasileiros e estrangeiros;

- proibição de deixar o país sem autorização do Juízo.

214. **Expeça-se** alvará de soltura e termo de compromisso.

215. Ainda relativamente à prisão preventiva, alega a Defesa de Antônio Palocci Filho que a sua imposição estaria proibida pelo disposto no art. 236 do Código Eleitoral:

*"Art. 236. Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.*

*(...)"*

216. Em que pese o argumentado pelo defensor, o dispositivo proíbe a efetivação da prisão cinco dias antes das eleições ou até 48 horas depois, a fim de proteger o processo eleitoral e o exercício do direito de voto.

217. Ocorre que os investigados Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic já estão presos desde 26/09/2016. A decretação da preventiva na presente data apenas alterará o título prisional, sem alteração da situação de fato.

218. É evidente que o objetivo do legislador foi o de evitar a efetivação da prisão de alguém solto no referido período e não a continuidade de prisões, ainda que cautelares, já efetivadas. Do contrário, seria o caso de entender que, no referido período, seria necessário a colocação em liberdade de todos os presos provisórios ou definitivos no país, uma interpretação extravagante.

219. Ademais, considerando a causa das prisões preventivas, entre elas a prova, em cognição sumária, de que os investigados Antônio Palocci Filho e Branislav Kontic teriam intermediado o pagamento subreptício de milhões de dólares e de reais para campanhas eleitorais, inclusive para o pagamento de publicitários em conta secreta no exterior, o propósito da lei, de evitar interferência indevida nas eleições e proteger a sua integridade, parece ser mais bem servido com a prisão cautelar do que com a liberdade dos investigados.

220. Portanto, não se tratando da efetivação de prisão, mas de continuidade, ainda que sob outro título, da prisão efetivada em 26/09/2016, não há óbice legal à prisão preventiva ora decretada.

221. **As considerações ora realizadas** sobre as provas tiveram presente a necessidade de apreciar o cabimento das prisões requeridas, tendo sido efetuadas em cognição sumária. Por óbvio, dado o caráter das medidas, algum aprofundamento na valoração e descrição das provas é inevitável, mas a cognição é prima facie e não representa juízo definitivo sobre os fatos, as provas e as questões de direito envolvidas, algo só viável após o fim das investigações e especialmente após o contraditório.

222. **Ciência** à autoridade policial, ao MPF e Defesas desta decisão.

Curitiba, 30 de setembro de 2016.

---

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700002519492v46** e do código CRC **f28d6e86**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO  
Data e Hora: 30/09/2016 17:06:45

---

5043559-60.2016.4.04.7000

700002519492 .V46 SFM© SFM